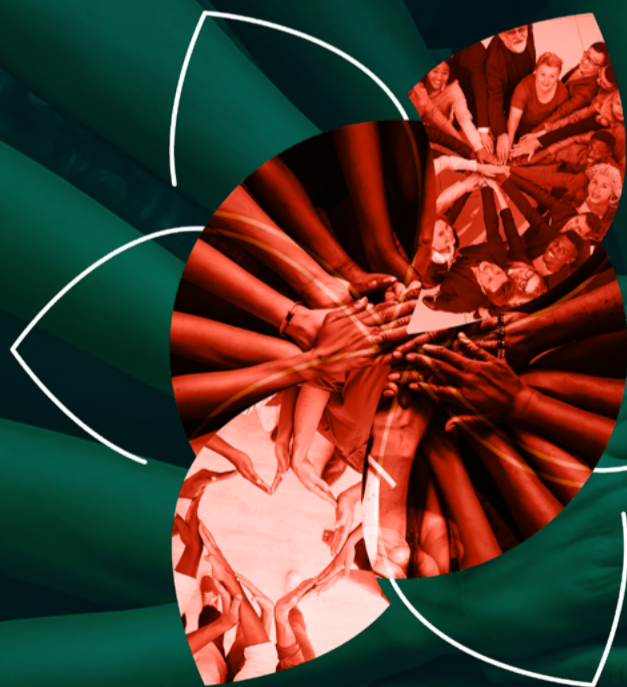


PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Formação para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas
Sociais (ATPS)



ATPS

ANALISTA TÉCNICO DE
POLÍTICAS SOCIAIS

المنارة



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Formação para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas
Sociais (ATPS)**

2ª edição

Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

SAIS - Área 2-A | CEP: 70610-900 | Brasília - DF

Telefone: (61) 2020-3000

Esther Dweck

Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Betânia Lemos

Presidenta da Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Educação Executiva

Carolina Pereira Tokarski

Coordenadora-Geral de Formação de Carreiras

Paula Cristina Mortari da Costa

Coordenadora-Geral de Aperfeiçoamento de Carreiras

Marcelo Zeidan Khalil

Coordenador do Curso de Formação Inicial para Analistas Técnicos de Políticas Sociais - ATPS

Dra. Ana Laura Becker de Aguiar

Curadora do curso

Michelle G. Morais de Sá e Silva

Curadora do Eixo Basilar

Janaina Angelina Teixeira

Liliane Campos Machado

Curadoras Pedagógicas

Diagramação: **Ana Carla Gualberto Cardoso**

Revisão: **Ludmila Bravin**

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

P96495 Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
Projeto pedagógico do curso formação para a carreira de desenvolvimento de políticas sociais - ATPS / Escola Nacional de Administração Pública. – 2 ed. -- Brasília: Enap, 2025.

26 f.: il.

Inclui bibliografia.

1. Política social. 2. Inovação no setor público. 3. Políticas públicas. 4. Capacitação profissional.

CDD 361.61

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880

Sumário

IDENTIFICAÇÃO	7
1. APRESENTAÇÃO	8
1.1. Contexto	8
1.2. Justificativa	9
2. OBJETIVOS DO CURSO	10
2.1. Objetivo geral.....	10
2.2. Objetivos específicos.....	10
3. MATRIZ CURRICULAR.....	11
4. COMPETÊNCIAS.....	12
4.1. Competências Transversais	12
4.2. Competências Específicas	15
5. CARGA HORÁRIA.....	18
6. LABORATÓRIO DE CASO.....	19
7. METODOLOGIAS DE ENSINO.....	20
8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO	21
8.1. Avaliação da Aprendizagem.....	21
8.2. Avaliação institucional do curso.....	21
9. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i>	22
10. INFRAESTRUTURA.....	22
11. PERÍODO DE REALIZAÇÃO E JORNADA DE ATIVIDADES	22
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

IDENTIFICAÇÃO

Título

Curso de formação inicial para Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS).

Demandante

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Objetivo geral

A formação inicial de Analistas Técnicos de Políticas Sociais promoverá conhecimentos especializados sobre os diversos programas e políticas das áreas sociais e os sistemas únicos, orientados por valores democráticos, éticos, com visão sistêmica, princípios de direitos humanos, equidade, sustentabilidade, inclusão e foco nos resultados para o cidadão.



1. APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar as diretrizes formativas que irão nortear o desenvolvimento dos cursos de formação para **Analista Técnico de Políticas Sociais**.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) apresenta contexto, justificativa, objetivos, matriz curricular, competências transversais e específicas, carga horária, metodologia, caracterização das disciplinas, proposta metodológica do laboratórios de caso e metodologia de avaliação.

1.1. Contexto

O curso de Formação Inicial tem caráter classificatório e eliminatório do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), regido pelo Edital nº 05/2024, de 10 de janeiro de 2024. A formação consiste na 3ª etapa do concurso ao cargo de **Analista Técnico de Políticas Sociais**, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), sob responsabilidade da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A Coordenação-Geral de Formação Inicial, no âmbito da Diretoria de Educação Executiva da Enap, é a responsável pela elaboração, execução, supervisão e avaliação dos cursos de formação inicial.

As atribuições do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais de nível superior; estão descritas na Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, conforme a seguir:

Art. 3º São atribuições específicas do cargo de ATPS:

I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação,

cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas que não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal;

II - verificar, acompanhar e supervisionar os processos inerentes ao Sistema Único de Saúde, ao Sistema Único de Assistência Social e aos demais programas sociais do governo federal objeto de execução descentralizada;

III - identificar situações em desacordo com os padrões estabelecidos em normas e na legislação específica de atenção à saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas que não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal, e proporcionar ações orientadoras e corretivas, de forma a promover a melhoria dos processos e a redução dos custos;

IV - aferir os resultados da assistência

à saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas, considerando os planos e os objetivos definidos no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Assistência Social e nas demais políticas sociais;

V - proceder à análise e avaliação dos dados obtidos, gerando informações que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das ações e políticas sociais;

VI - apoiar e subsidiar as atividades de controle e de auditoria; e

VII - colaborar na definição de estratégias de execução das atividades de controle e avaliação, sob o aspecto da melhoria contínua e aperfeiçoamento das políticas sociais.

Os ATPS têm lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na qualidade de Órgão Supervisor, com exercício descentralizado em órgãos da Administração Pública Federal direta.



A proposta do curso conecta teorias sociais e de administração pública com a prática relacionada aos processos de políticas sociais. Os conteúdos das disciplinas e o perfil de docentes foram pensados de maneira a aliar a metodologia de estudos de casos e conhecimentos aplicados de políticas públicas.

O curso de formação inicial será reconhecido como pós-graduação lato sensu, conferindo o título de Especialista em Políticas Sociais. Assim, o corpo docente deve aliar a experiência profissional em governo ao conhecimento formal e à produção acadêmica, priorizando-se pessoas com experiência, pesquisa e atuação na Administração Pública Federal, com formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado, além da prática de docência em cursos de formação profissional no âmbito do governo federal.

1.2. Justificativa

Esta é a primeira vez que o governo brasileiro promove um curso de formação e especialização dedicado a pessoas da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, marcando um passo significativo no fortalecimento das políticas sociais por meio da capacitação de candidatos e candidatas nas suas áreas de atuação e expertise. Essa iniciativa ocorre em um momento caracterizado pela expansão da diversidade e pelo aumento das oportunidades de ingresso no serviço público, com o advento do Concurso Público Nacional Unificado. Este concurso se destacou por seu alcance amplo e multidisciplinar, sendo realizado em várias cidades do país.

Nesse cenário, o curso de formação e pós-graduação em desenvolvimento de políticas sociais surge como uma oportunidade para aprimorar os conhecimentos teóricos e práticos das pessoas que irão exercer a função de servidores no cargo de analista técnico de políticas sociais. O objetivo é dotá-las de competências essenciais e especializadas para enfrentar os desafios contemporâneos das políticas sociais, contribuindo, assim, para o fortalecimento da democracia brasileira, da justiça social e para a diminuição das desigualdades sociais. A literatura de política pública tem apontado para a importância da existência de um corpo burocrático profissionalizado que favorece a implementação de políticas públicas em prol do bem-estar e da justiça social. Nesse sentido, em 2019, a OCDE reconheceu que os servidores públicos têm sido um dos principais agentes de transformação responsáveis pelo alcance das conquistas das sociedades modernas relacionadas à educação, saúde, ciência, tecnologia, resposta à desastres, entre outros¹.

Este projeto pedagógico de curso reflete a natureza transdisciplinar das políticas públicas e, em particular, das políticas sociais com o foco na inclusão social e na sua efetividade – ou seja, no alcance das transformações sociais e na garantia de direitos. Este curso está em consonância com a visão estratégica da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e foi concebido por meio de um processo colaborativo, envolvendo a consulta a pessoas de referências, especialmente as que compõem a carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais e acadêmicos das áreas sociais e dos direitos humanos². Esse processo ajudou a identificar lacunas, demandas e desafios que são cruciais para a melhoria da atuação dos ATPS nas políticas sociais.

1 OCDE. 2019. *OECD Recommendation on Public Service Leadership and Capability*, disponível em: <https://www.oecd.org/gov/pem/recommendation-public-service-leadership-and-capability-2019.pdf>

2 Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de várias pessoas que contribuíram, de diversas formas, para a sua elaboração e seu aperfeiçoamento. Em especial, agradeço, Michelle Moraes de Sá e Silva; Sandra Brandão, Ariana Frances, Daniela Fortunato; Sara Mota; Douglas Valetta Luz; Teresa Barroso, Vanessa Batista Oliveira Berner; Danilo Bertazzi; Mariana Brito, Cíntia Melchiori, Rafael Xucuri-Kariri, Lara Vianna; Fernando Kleiman; Stéfane Ribeiro; Clara Marinho, Ivanilda Figueiredo, Renata Malheiros, Roberta Eugênio, Clara Solon, Luciana Jaccoud, Juliana Agatte, Luana Faria, Gabriela Lotta, Paulo Januzzi, Natália Sátyro, Rodrigo Alves Teixeira, Luana Passos, Laís Maranhão, Roberto Pires, Janine Ginani, Clarice Calixto, Laís Figueiredo, Renato de Paula, Michelle Fernandez, Lena Peres, Ana Míria Carinhanha, Marina Barros, Eliane Luz, Sérgio Paz Magalhães, José Luiz Pagnussat, Maria Cristina da Silva Bogarim, Janaína Teixeira e Liliane Machado.



2. OBJETIVOS DO CURSO

2.1. Objetivo geral

Desenvolver capacidades e competências profissionais de futuros servidores públicos federais que, ao final do processo seletivo referente aos candidatos e às candidatas aos cargos de ATPS do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, estarão habilitados para atuar no desenvolvimento e na gestão de políticas sociais no âmbito do governo federal.

A formação inicial de ATPS promoverá conhecimentos especializados sobre os diversos programas e políticas das áreas sociais, os sistemas únicos, suas características, arranjos institucionais, desafios de implementação nos territórios e perspectivas futuras, boas práticas de governança, instrumentos de planejamento, orçamento e finanças para garantir direitos e promover a sua efetividade e sustentabilidade, orientados por valores democráticos, éticos, visão sistêmica, princípios de direitos humanos, equidade, sustentabilidade, inclusão e foco nos resultados para toda população.

2.2. Objetivos específicos

1. Desenvolver conhecimentos orientados à análise de problemas, de gestão e de coordenação para o desenvolvimento de soluções e produção de serviços públicos.
2. Ampliar o conhecimento sobre as diferentes iniciativas de políticas sociais desenvolvidas no âmbito do governo federal.
3. Desenvolver habilidades relacionadas ao uso de instrumentos legais em políticas sociais.
4. Reconhecer práticas relevantes para implementação de políticas e gestão no âmbito do setor de saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial, de gênero, e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa, às mulheres e aos povos indígenas; garantindo, assim, a prestação de serviços de qualidade.



3. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular específica do curso de formação é composta por três eixos organizados conforme quadro a seguir:

EIXO 1	Disciplina Específicas	Carga horária
Estado, democracia e cidadania 148h	Seminário de Abertura	
	Estado democrático	20h
	Burocracia e ethos público	20h
	Diversidade populacional e desigualdades no Brasil	20h
	Desenvolvimento socioeconômico	12h
	Mudança climática - desafios para a Administração Pública	12h
	Governança e governabilidade	20h
	Governo digital	16h
	Comunicação pública e os desafios contemporâneos	8h
	Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público	8h

EIXO 2	Disciplina Específicas	Carga horária
Fundamentos das Políticas Sociais 164h	Fundamentos das políticas sociais	20h
	Gestão e coordenação de políticas sociais	40h
	Políticas sociais para Direitos Humanos	20h
	Desenho e análise de políticas sociais	20h
	Indicadores para monitoramento de políticas sociais	20h

EIXO 3	Disciplina Específicas	Carga horária
Governança das Políticas Sociais 128h	Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS)	20h
	Introdução ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	20h
	Gestão democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais	16h
	Planejamento, orçamento e finanças das políticas sociais	16h
	Governança e burocracia de nível de rua	40h

Laboratórios de Caso - Aplicação da metodologia Aprendizagem Baseada em Problemas (<i>Problem Based Learning</i> - PBL)	40 h
Conteúdos complementares - Palestras Estratégicas e Atividades Complementares	32h

Total 440h



4. COMPETÊNCIAS

4.1. Competências Transversais

Compreende-se por competências transversais o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício da função pública, que contribuem para a efetividade dos progressos de trabalho em diferentes contextos organizacionais”. (Enap, 2021, p. 5).

Com base em estudos realizados em parceria com a OCDE, a Enap instituiu um conjunto com oito competências transversais para um setor público de alto desempenho a serem desenvolvidos em suas formações de servidores. A saber:

- 1. Resolução de problemas com base em dados** - capacidade de idear soluções inovadoras e efetivas para problemas de baixa, média ou elevada complexidade com a utilização de dados (numéricos e não numéricos) e evidências que aumentem a precisão e viabilidade das soluções.
- 2. Foco nos resultados para o cidadão** - capacidade de superar o desempenho padrão e apresentar soluções alinhadas ao cumprimento de metas e ao alcance dos objetivos estratégicos das organizações públicas para garantir o atendimento das necessidades dos usuários e dos cidadãos.
- 3. Mentalidade digital** - capacidade de integrar as tecnologias digitais com: os modelos de gestão; os processos de tomada de decisão e

geração de produtos e serviços; e os meios de comunicação interna, externa e de relacionamento com usuários.

- 4. Comunicação** - capacidade de escutar, indagar e expressar conceitos e ideias nos momentos apropriados e de forma efetiva, garantindo uma dinâmica produtiva das interações internas e externas.
- 5. Trabalho em equipe** - capacidade de colaborar e cooperar em atividades desenvolvidas coletivamente para atingir metas compartilhadas, e de compreender a repercussão de suas ações para o êxito ou alcance dos objetivos estabelecidos pelo grupo.
- 6. Ética e integridade pública** - capacidade de agir de forma refletida e consciente, nas relações profissionais e interpessoais, considerando princípios e valores que priorizem o interesse público.
- 7. Visão sistêmica** - capacidade de identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional. Marcos esses que podem impactar os processos decisórios e a gestão de programas e projetos no âmbito do setor público.
- 8. Diversidade e inclusão** - capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade de

características, identidades, vivências e perspectivas de pessoas e grupos, criando ambientes de trabalho nos quais todos sejam acolhidos em suas singularidades e contribuindo para a geração de serviços públicos inclusivos.

Para desenvolver as competências transversais para um setor público de alto desempenho e desenvolver o ethos público democrático desejável para um Estado fortalecido, o **Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania**, basilar para a formação inicial, será composto por oito disciplinas: Estado Democrático; Burocracia e ethos público; Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil; Desenvolvimento Socioeconômico; Mudança Climática: Desafios para a Administração Pública Governança e Governabilidade; Governo Digital; Comunicação Pública e os desafios contemporâneos; além de compor uma oficina sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação no Setor Público e palestras de temas estratégicos.

Esse Eixo é proposto como currículo transversal a todas as carreiras de formação inicial realizadas pela Enap. As disciplinas desenvolvem competências essenciais a servidores e servidoras da Administração Pública Federal. Trata-se de competências basilares para uma atuação comprometida e consciente por futuros agentes do Estado que servirão à cidadania brasileira.



EIXO 1 - Estado, democracia e cidadania

Competência Geral: assistir à tomada de decisão e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, garantindo os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão.

Disciplina: Estado democrático (20h)

Competência: exercer a função pública observando os fundamentos do Estado Democrático de Direito e buscando garantir o estado de bem-estar social.

Ementa: democracia na contemporaneidade; formação do Estado brasileiro; redemocratização e o Estado garantidor de direitos; crises da democracia e da cidadania social; relações entre Estado e sociedade sob a perspectiva da ampliação do bem-estar social.

Disciplina: Burocracia e ethos público (20h)

Competência: servir o Estado brasileiro respeitando os preceitos de um ethos burocrático democrático.

Ementa: história da concepção e papel da burocracia; funções da burocracia na democracia; papéis da burocracia nas políticas públicas; relação entre políticos e burocratas; ethos burocrático democrático; ética do servir e integridade; representação burocrática; experiência internacional da burocracia, o tamanho do setor público em perspectiva comparada.

Disciplina: Diversidade populacional e desigualdades no Brasil (20h)

Competência: reconhecer as origens históricas e as dimensões estruturais que condicionam e reproduzem as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia no Brasil; e atuar no serviço público contemplando as várias dimensões da diversidade que marcam a população e mobilizando diversos mecanismos para mitigar e reverter essas situações.

Ementa: a desigualdade, sob perspectiva histórica; aspectos estruturais da estratificação social: educação, mobilidade social e renda; abordagem multidimensional das desigualdades: raça, gênero e suas intersecções com outros marcadores de vulnerabilidade; aspectos não econômicos da desigualdade: modo de vida e trajetórias, visões de mundo e perspectivas de grupos sociais que sofrem discriminação e apagamento por etnia, gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência.

Disciplina: Desenvolvimento socioeconômico (12h)

Competência: contribuir para ações do Estado que permitam o alcance do desenvolvimento como projeto nacional e como compromisso internacional assumido pelo Brasil.

Ementa: desenvolvimento em perspectiva histórica e modelos comparados de desenvolvimento; desenvolvimento como projeto nacional; desenvolvimento como modernidade e crescimento econômico; neoliberalismo e ajuste estrutural; desenvolvimento como liberdade e o conceito de desenvolvimento humano.

Disciplina: Mudança climática - desafios para a Administração Pública (12h)

Competência: reconhecer a crise climática como uma condição prioritária de influência sobre a formulação e implementação de políticas públicas, identificar os principais fatores que levam à mudança climática observada e futura e refletir sobre o papel do Brasil na mitigação dos gases de efeito estufa e as necessidades de adaptação das atividades produtivas e da infraestrutura, em especial para populações vulnerabilizadas.

Ementa: fatores físicos da mudança do clima. Mitigação e adaptação à mudança do clima. Governança climática nacional e internacional. Políticas públicas nacionais e subnacionais. Exemplos de impactos e da resposta do setor público aos desastres ambientais no Brasil.

Disciplina: Governança e governabilidade (20h)

Competência: atuar no serviço público compreendendo a separação entre poderes, as complexidades da divisão de competências e receitas entre entes federados e as particularidades do sistema político brasileiro.

Ementa: governança; separação entre Poderes; federalismo; desafios para a atuação no Executivo federal; presidencialismo de coalizão; relação entre Executivo e Legislativo na construção de políticas; pactuação para o orçamento público e emendas parlamentares; papel do Judiciário, Ministério Público, Controle Externo e Sociedade Civil.



Disciplina: Governo digital (16h)

Competência: compreender a relevância de incorporar ferramentas de governo digital nas rotinas e nos processos de trabalho, potencializando o alcance da transformação digital nos serviços públicos.

Ementa: transformação digital no serviço público; infraestrutura de dados; privacidade e segurança da informação; proteção de dados; identidade digital; inclusão e exclusão digital; plataformas de serviços públicos com foco no cidadão; inteligência artificial; inovação no serviço público por meio de soluções digitais.

Disciplina: Comunicação pública e os desafios contemporâneos (8h)

Competência: compreender a comunicação pública, sua construção e princípios, como ferramenta de governo para um posicionamento crítico diante dos desafios contemporâneos.

Ementa: conceitos e histórico da comunicação de governo no Brasil; direito à informação e a comunicação pública; princípios básicos da comunicação pública; desafios contemporâneos: linguagem e meios de comunicação do governo; infodemia e desinformação; limites éticos de clickbaits; sensacionalismo e polecismo; reprodução de estereótipos de gênero e raça; Análise Crítica do Discurso.

Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público (8h)

Competência: atuar no serviço público de forma ética respeitando a legislação e a política de enfrentamento ao assédio moral, sexual e à discriminação.

Ementa: conceitos de assédio moral e sexual e discriminação; tipologias de violências no trabalho, considerando gênero e raça com perspectiva interseccional; matriz de gravidade de condutas violadoras; impacto das condutas de assédio e discriminação no trabalho e na integridade física e psicológica das pessoas; bases jurídicas do Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação; protocolo de denúncias para vítimas e gestores públicos.



4.2 Competências Específicas

As competências específicas do cargo de ATPS estão elencadas na Lei nº. 12.094/2009, alterada pela Lei nº 14.875/2024.

Para desenvolver essas competências, as disciplinas da matriz curricular exclusivas de ATPS são divididas em dois eixos: Fundamentos das Políticas Sociais e Governança das Políticas Sociais.

EIXO 2 - Fundamentos das Políticas Sociais

O Eixo 2 – Fundamentos das Políticas Sociais – é essencial para a formação de Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS), fornecendo uma base teórica e prática robusta para a compreensão, formulação, gestão, coordenação e implementação das políticas sociais no Brasil. Composto por disciplinas que abrangem desde os fundamentos conceituais até a gestão baseada em evidências e monitoramento de políticas, esse eixo prepara candidatos e candidatas para uma futura atuação qualificada e comprometida com a garantia de direitos, a equidade e a justiça social.

As disciplinas oferecidas nesse eixo desenvolvem competências indispensáveis para gestão, coordenação, análise e implementação de políticas sociais alinhadas aos princípios de direitos humanos, da universalidade, integralidade, equidade e intersetorialidade, promovendo o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Além das disciplinas, o eixo conta com palestras e um laboratório de casos, utilizando metodologias ativas como a Problem-

Based Learning (PBL), que aproximam os candidatos e as candidatas dos desafios reais da gestão pública.

Eixo 2 - Fundamentos das Políticas Sociais

Competência Geral: desempenhar as atribuições do cargo de ATPS com excelência técnica, teórica e ética, aplicando conhecimentos integrados sobre fundamentos, análise de políticas sociais e de direitos humanos, dados e evidências, assegurando a efetividade das políticas e programas sociais, o bem-estar e a justiça social.

Disciplina: Fundamentos das políticas sociais (20h)

Competências: exercer as atribuições do cargo de ATPS com excelência técnica, teórica e analítica, aplicando conhecimentos sobre os fundamentos das políticas sociais brasileiras e garantindo a observância dos princípios fundamentais de universalidade, integralidade, equidade, intersetorialidade, diversidade, justiça social e cidadania.

Ementa: políticas sociais, seus fundamentos, propósitos e importância; elementos teórico-conceituais, normativos e constitucionais das políticas sociais; tipologias e categorias analíticas e suas evoluções histórico-conceituais no Brasil; discussão das desigualdades e dos dados que refletem o contexto socioeconômico do Brasil; estado de bem-estar social; direitos sociais e cidadania; sistemas únicos; princípios fundamentais das políticas sociais no Brasil; seguridade social no Brasil;

características, dimensões e arranjos operacionais; funções; serviços, garantia de direitos e de renda (beneficiários e sujeitos de direitos); benefícios contributivos e não contributivos; relação entre as políticas sociais, desenvolvimento sustentável e combate à pobreza; políticas de transferência de renda; papéis e responsabilidades dos diferentes agentes e provedores de políticas sociais; papel do Estado, burocratas, mercado e organizações; comunidade e indivíduos; parcerias público-privadas; gasto, custeio, investimento e desenvolvimento; sustentabilidade e justiça social; arranjos de governança, operacionalização e cooperação; intersetorialidade, transversalidade, interdependências e complementaridades.

Disciplina: Gestão e coordenação de políticas sociais (40h)

Competências: atuar nos programas e políticas sociais empregando conhecimento aprofundado sobre suas características, sistemas, atores-chave, arranjos institucionais e de governança, interdependências e interfaces replicando as suas boas práticas em contextos diversos, inclusive em situações emergenciais.

Ementa: coordenação horizontal e vertical; articulação com atores-chave; arranjos institucionais, de coordenação e de operacionalização; arranjos e instrumentos de gestão descentralizada e interfederativa; inovações na gestão intersetorial; boas práticas na gestão de políticas sociais em situações de emergência e desastres socioambientais; arranjos institucionais para implementação



de políticas sociais: políticas de transferência de renda (Bolsa Família e BPC); segurança alimentar, nutricional e combate à fome (SISAN); educação (SNE); emprego (SINE); moradia e habitação (Minha Casa, Minha Vida); desenvolvimento rural; esporte; cultura; previdência, entre outras.

Disciplina: Políticas Sociais para Direitos Humanos (20h)

Competências: desempenhar as atribuições da carreira com expertise em direitos humanos e em políticas relacionadas a sua efetivação, garantido que os direitos humanos sejam respeitados, protegidos e realizados para toda população e em todos os aspectos da governança e da Administração Pública.

Ementa: conceitos; trajetória histórica; legislação, planos e sistemas (ONU e, Interamericano); desafios da institucionalidade das políticas públicas de direitos humanos; análise das políticas para pessoas com deficiência, criança e adolescente, pessoas idosas, LGBTQIAPN+, mulheres, igualdade racial, migrações e refúgio, acesso à justiça e sistema prisional (Pronasci), povos e comunidades tradicionais e indígenas, justiça ambiental e bem-viver.

Disciplina: Desenho e análise de políticas sociais (20h)

Competências: garantir a efetividade das políticas e programas sociais com ética, sensibilidade social, equidade e informado por evidências, conhecendo e utilizando conceitos, instrumentos e metodologias de monitoramento e avaliação.

Ementa: definição do problema em uma política ou programa: diagnóstico, mapa de causas e consequências e análise de coerência e consistência. Recursos de inteligência artificial na análise ex ante. Definição do público: público elegível e público prioritário. Estratégia de implementação, focalização e critérios de equidade. Contexto Institucional, Político e Ideacional (CIPI) de programas, valores públicos e critérios avaliativos de programas. Teoria da mudança e estratégia de um programa. Teoria, metodologia e uso de evidências na análise ex ante (policy design). Definição dos objetivos e dos impactos e resultados esperados. Bases para a construção do modelo lógico, dos indicadores e dos ciclos de monitoramento e avaliação. Impacto orçamentário-financeiro, análise custo-benefício, revisão dos objetivos e definição de metas.

Disciplina: Indicadores para Monitoramento de Políticas Sociais (20h)

Competências: garantir a efetividade das políticas e dos programas sociais a partir das principais fontes de dados e indicadores de forma a assegurar a efetividade das políticas e dos programas sociais com ética, sensibilidade social e equidade, utilizando instrumentos e metodologias de monitoramento e avaliação.

Ementa: principais pesquisas, relatórios e indicadores sociais no Brasil, fontes de dados, registros administrativos e cadastros públicos para informar políticas e programas sociais; principais indicadores para acompanhamento da conjuntura social, condições de vida (educação, saúde, habitação, etc.), pobreza e desigualdades (gênero, raça, etc.);

principais observatórios, instituições, Think Tanks e publicações no campo social.

EIXO 3 - Governança das Políticas Sociais

O Eixo 3 – Governança das Políticas Sociais – aprofunda a formação de ATPS, capacitando a atuar na governança das políticas sociais com uma abordagem integrada e participativa. As disciplinas deste eixo abrangem desde o funcionamento dos principais sistemas de proteção social, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), até temas fundamentais como planejamento, orçamento, finanças e participação social na gestão das políticas públicas.

A proposta curricular busca fornecer aos candidatos e candidatas conhecimentos técnicos e habilidades práticas para a implementação eficaz das políticas sociais nos territórios, com foco na superação das desigualdades e na promoção da justiça social. O eixo enfatiza a governança interfederativa e a gestão democrática, participativa e inclusiva, capacitando candidatos e candidatas a replicarem boas práticas e enfrentarem desafios da implementação, sempre com atenção aos princípios da equidade, solidariedade e efetividade.

Competência Geral: exercer as atribuições do cargo com excelência técnica, solidariedade, equidade, uniformidade, participação social e efetividade, integrando conhecimento sobre os sistemas únicos de proteção social, governança e gestão democrática para superar os desafios de implementação das políticas sociais transversais nos territórios,



replicando as boas práticas e instrumentos de cooperação interfederativa, gestão, planejamento, orçamento e finanças para garantir direitos, reduzir desigualdades e garantir justiça social.

Disciplina: Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS) (20h)

Competências: atuar em todos os processos e projetos de formulação, gestão, supervisão, avaliação e prestação de assistência técnica relacionadas à política social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), replicando as boas práticas e promovendo parcerias e colaborações.

Ementa: contexto histórico de criação e configuração do SUS: mobilização social, conquistas constitucionais e normativas; organização e estrutura do Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e objetivos; universalidade, integralidade e equidade; organização da atenção e vigilância em saúde; gestão e financiamento; descentralização e regionalização; boas práticas de atenção em situação de emergência em saúde pública (estudos de casos).

Disciplina: Introdução ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (20h)

Competências: atuar em todos os processos e projetos de formulação, gestão, supervisão, avaliação e prestação de assistência técnica relacionadas à política social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), replicando as boas práticas e promovendo parcerias e colaborações.

Ementa: contexto histórico de criação e configuração do SUAS: mobilização social, conquistas constitucionais e

normativas; organização e estrutura do Sistema Único de Assistência Social: princípios, diretrizes e objetivos; universalidade, integralidade e equidade; tipologia e organização dos serviços socioassistenciais; gestão e financiamento; descentralização e regionalização boas práticas de gestão e implementação de políticas socioassistenciais em situação de emergência pública (estudos de casos).

Disciplina: Gestão democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais (16h)

Competências: atuar em todos os processos e projetos da gestão, supervisão, avaliação e prestação de assistência técnica relacionadas às áreas sociais com ética, sensibilidade social e equidade, fomentando a participação social, a diversidade, o pluralismo de ideias, garantindo a democratização de todos os processos das políticas sociais.

Ementa: dimensão participativa da governança; participação e controle social; importância dos movimentos sociais e do ativismo nas políticas sociais (inclusive digital); mecanismos institucionais de promoção da participação social: audiência públicas, orçamento participativo, conselhos gestores (CNAS, Conselho de Previdência, entre outros) e conselhos de direitos (Mulher, Idoso, Criança e Adolescente; LGBTQIAPN+); conferências; fóruns, entre outros.

Disciplina: Planejamento, orçamento e finanças das políticas sociais (16h)

Competências: atuar na formulação, implementação e supervisão das políticas sociais com equidade e efetividade, dominando os

fundamentos do planejamento, orçamento e finanças das diversas áreas das políticas sociais.

Ementa: introdução à política fiscal e noções de orçamento público; PPA participativo e inclusivo; emendas parlamentares; agendas transversais no orçamento para garantia dos direitos sociais; desafios do teto fiscal; sistemas estruturantes da Administração Pública Federal; a agenda social no PPA 2024-2027; noções de instrumentos de repasse de recursos da União: convênios, contratos de repasse, termos de parceria; fundos.

Disciplina: Governança e burocracia de nível de rua (40h)

Competências: analisar os desafios da governança para implementação de políticas públicas, com foco no papel e nas formas de influência dos diferentes atores que intervêm em processos de implementação, com especial atenção para os agentes de linha de frente (ou “burocratas do nível de rua”) e para os burocratas de médio escalão.

Ementa: governança das políticas sociais; políticas sociais no contexto dos municípios; implementação de políticas: modelos analíticos; burocracia de nível de rua; discricionariedade, autonomia e estratégias de *Coping*; categorização e julgamento no nível da rua; gestão da discricionariedade, *accountability* e controle; desigualdades na implementação de políticas; burocracia de médio escalão; diversidade e representatividade no nível da rua.



5. CARGA HORÁRIA

Carreira/Cargo	Carga horária	Nº de semanas	Distribuição de carga horária por atividade	Condição de oferta
Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS)	440h	14	<ul style="list-style-type: none"> • 128h - Disciplinas do eixo basilar. • 240h - Disciplinas específicas. • 8h - Oficina • 24h - Palestras • 40h - Laboratório de casos em PBL 	Etapa de concurso



6. LABORATÓRIO DE CASO

O Laboratório de Casos, norteado pela metodologia de *Problem-Based Learning - PBL* (Aprendizagem Baseada em Problemas), constitui-se como uma alternativa metodológica voltada ao desenvolvimento de aprendizagens significativas e à superação da prevalência de aulas expositivas tradicionais. Nesse contexto, o professor assume o papel de facilitador da aprendizagem, orientando, acompanhando e supervisionando os estudos das pessoas candidatas, em vez de atuar apenas como transmissor de conhecimento.

O PBL tem como princípio central o protagonismo da pessoa candidata, que é desafiada a enfrentar situações reais ou simuladas, apresentadas sob a forma de problemas. A aprendizagem inicia-se, portanto, a partir de um problema contextualizado, diretamente relacionado às experiências que poderão ser vivenciadas em sua futura atuação profissional. O conhecimento é construído em torno desses problemas, e não de disciplinas isoladas, o que favorece a interdisciplinaridade e a integração de saberes.

Essa abordagem metodológica promove o desenvolvimento de competências essenciais, como pensamento crítico e analítico, comunicação, cooperação e capacidade de avaliação. Ao mesmo tempo, aproxima as pessoas candidatas da realidade profissional, preparando-as para lidar com

desafios complexos e multifacetados, característicos da Administração Pública.

No Laboratório de Casos, as pessoas candidatas serão divididas aleatoriamente em grupos, compostos por participantes de diferentes turmas do curso. Essa estratégia busca promover a integração entre as pessoas candidatas, estimular a capacidade de diálogo e desenvolver competências de trabalho em equipe. Da mesma forma, os casos serão atribuídos aleatoriamente a cada grupo, garantindo diversidade de experiências e evitando a repetição de padrões de resolução.

A dinâmica de trabalho seguirá cinco fases principais:

- **Planejamento:** organização inicial do grupo e definição de estratégias de estudo;
- **Preparação:** levantamento de informações e construção de hipóteses;
- **Produção:** elaboração das soluções e propostas para o problema;
- **Apresentação:** socialização dos resultados e discussão coletiva;
- **Avaliação:** reflexão crítica sobre o processo e os resultados alcançados.

Assim, o Laboratório de Casos se consolida como um espaço pedagógico inovador, que valoriza a aprendizagem ativa, a interdisciplinaridade e a formação integral das pessoas candidatas, em consonância com as demandas contemporâneas da sociedade.



7. METODOLOGIAS DE ENSINO

As estratégias de ensino adotadas no âmbito das disciplinas deverão ser centradas nos candidatos e nas candidatas. Para isso, os docentes deverão considerar práticas que possibilitem a participação e o protagonismo do corpo discente. Além disso, é importante conectar a teoria à prática. Assim, listam-se a seguir algumas estratégias possíveis:

- **Aulas dialogadas** - recurso didático em que se manifesta pela exposição de conteúdo articulada ao envolvimento e **protagonismo dos participantes** de modo continuado e efetivo, cabendo ao corpo docente o papel de coordenar a condução das discussões, reflexões e questionamentos referente ao conteúdo da disciplina.
- **Estudos de caso** - estratégia que pode narrar um problema ou uma situação e possibilitar aos participantes a melhoria de práticas e processos, o exercício de tomada de decisão e o pensamento analítico, bem como a possibilidade da troca de experiências. Os casos podem ser elaborados pelos docentes ou pesquisados em sites e canais com informações relacionadas à temática do curso/tema central da aula.
- **Trabalhos em grupo** - o trabalho em grupo possui um papel essencial na cocriação e no desenvolvimento de competência de trabalho em

equipe, bem como na solução de questões e problemas. Porém, para que seja efetivo e construtivo, o trabalho em grupo deve seguir métodos e processos pedagógicos que permitam a participação de todos e a centralidade do aluno:

- **Roda de conversa:** é considerado o método mais “básico”, mas muito eficiente. Por meio da organização do grupo em uma roda, de maneira que todos os participantes possam se enxergar, um mediador responsável propõe ser relator dos assuntos discutidos no grupo.
- **Open Space:** bastante utilizado quando é preciso mediar e discutir questões com grupos grandes e diversos. Por meio da criação de um “espaço aberto” (*open space*), os próprios participantes propõem e se responsabilizam pelos temas a serem abordados. Por seu caráter mais “livre” e focado na auto-organização dos participantes, o *open space* só tem uma regra clara, a chamada “lei dos dois pés”, que diz: “se você está em um lugar onde não esteja nem contribuindo nem aprendendo, use os seus dois pés e vá para outro lugar.”
- **World Cafe:** é um modelo de conversação que promove diálogos construtivos, por

meio do acesso à inteligência coletiva, criação e troca de conhecimentos. Para realizá-lo, é necessário organizar mesas redondas em um espaço, com 4 a 5 cadeiras cada uma. Em cada mesa são colocadas canetas coloridas. O grupo, então, é dividido em subgrupos que se sentam nas mesas e discutem sobre um tema/pergunta definido por um mediador. As ideias e conclusões são anotadas e, após 20-30 minutos, os participantes da mesa, exceto um, mudam para diferentes mesas. A pessoa que permaneceu na mesa tem a tarefa de apresentar as conclusões anotadas aos novos participantes e buscar saber o que foi compartilhado nas demais mesas. As novas discussões geradas são também anotadas, gerando uma ampla troca de conhecimentos. Passado o tempo, uma nova rodada é iniciada. Esse método é excelente para criar sinergia e comprometimento em todo o grupo.

- **Seminário/palestra** - estratégia que permite a exposição de um tema, utilizando, se necessário, de recursos audiovisuais, seguida de diálogo sobre a temática exposta.



8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação está estruturada em duas perspectivas: a avaliação de aprendizagem e a avaliação institucional, de acordo com os elementos apresentados a seguir.

8.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação de aprendizagem será aplicada ao final de cada eixo, com questões transversais, considerando os conteúdos e competências desenvolvidas ao longo de todas as disciplinas do eixo, por meio de uma prova escrita dissertativa interdisciplinar, individual. As condições da avaliação e critérios de correção estão definidas no regulamento do curso.

8.2 Avaliação institucional do curso

A avaliação institucional do curso será conduzida pelos seguintes instrumentos:

- **Avaliação de reação:** trata-se de um instrumento que tem por objetivo avaliar as formações oferecidas pela Enap, permitindo, assim, que o participante possa mensurar a formação em seus diferentes aspectos, além de poder verificar os resultados alcançados, bem como as demandas para as próximas ações da Escola. Será aplicada por disciplina para avaliar o nível de satisfação com relação à disciplina específica, bem como ao

final do curso com um instrumento mais abrangente com fatores mais gerais com relação ao curso.

- **Avaliação de resultado:** trata-se de um método de avaliação baseado na comparação entre os resultados previstos e realizados. Por meio da avaliação de resultados, é possível identificar se a formação oferecida pela organização está alinhada às competências específicas do curso.

A avaliação no contexto de aprendizagem deve estar vinculada aos objetivos de aprendizagem do curso, e a avaliação da ação formativa deve estar vinculada à garantia da eficiência e eficácia do sistema de avaliação, buscando como resultado final a excelência do processo ensino-aprendizagem.



9. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

O curso de formação inicial será reconhecido como pós-graduação lato sensu, conferindo-se o título de Especialista em **Políticas Sociais**.

- Nome do curso: Especialização em Políticas Sociais.
- Certificação conferida: Especialista em Políticas Sociais.
- Modalidade: Presencial.
- Duração: 3 meses.
- Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
- Período letivo de início de funcionamento do curso: 3 de fevereiro a 19 de maio de 2026.

Para obtenção da certificação de conclusão do curso e obtenção do título de especialista (pós-graduação *lato sensu*), que o participante deve obter os seguintes requisitos mínimos, conforme Regulamento da Formação Inicial:

- I. Obtenção de nota média final de no mínimo 70% do número máximo de pontos do Curso;
- II. Obtenção de no mínimo 60% do número máximo de pontos nas provas de cada Eixo Programático; e
- III. Frequência integral, com exceção do limite de 25% de faltas justificadas.

10. INFRAESTRUTURA

As aulas serão realizadas de modo presencial na Enap, campus Asa Sul, localizado no SPO - Asa Sul - Brasília, DF.

Para apoiar as atividades de ensino, melhorar o engajamento e otimizar as atividades, serão utilizadas ferramentas colaborativas digitais.

11. PERÍODO DE REALIZAÇÃO E JORNADA DE ATIVIDADES

O início das aulas está previsto para o dia 03/02/2026 e seu término para o dia 30/04/2026. As atividades ocorrerão na modalidade presencial na Enap sendo garantido duas horas de intervalo para almoço. Na jornada de atividades também são reservadas duas horas diárias para estudo e preparação para as aulas e provas.

Os horários das atividades em sala de aula serão divulgados no sítio eletrônico da Enap.



12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFECTO, Romeu; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; GITAHY, Raquel Rosan Christino. **A aprendizagem baseada em problemas e a internet de todas as coisas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, p. 139-154, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08>.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências sociais e humanas**, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011. Disponível em: http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf

BORDENAVE JD, Pereira AM. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 16. ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 1995.

BRASIL. Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 nov. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=20/11/2009>.

CAMPANI, A.; SILVA, R. M. G. da; PARENTE, P. M, M. Inovação pedagógica na Universidade. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**. Dourados/MS. v.8. n.22. p.18-34, jan./abr 2018;

CARBONEL, P. P. **Gestão por competência e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARRARO, Telma Elisa *et al.* Socialização como processo dinâmico de aprendizagem na enfermagem: uma proposta na metodologia ativa. **Investigación y educación en enfermería**, v. 29, n. 2, p. 248-254, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072011000200010.

COOL, César; MONEREO, Carles *et al.* **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e Comunicação**. Porto Alegre, RS; Artmed, 2010.

CUNHA, Maria Isabel. **Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária**. São Paulo, SP, Cadernos Pedagogia Universitária, USP, 2008.

DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, Comissão. Documento de trabalho dos serviços da Comissão: Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida. **Comissão das Comunidades Europeias**, 2000.

DELORS, Jacques (org.). **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Competências transversais de um setor público de alto desempenho**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5663>.



ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024)** versão 1.5 a 1.9. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6481>.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Projeto pedagógico do curso: formação para o cargo de analista de planejamento e orçamento - APO**. Brasília: Enap, outubro de 2024.

FONSECA, Mariana; GOMES, Patrícia. **Invertendo a sala de aula invertida: Pesquisa de Stanford mostra que apresentar um Assunto de Forma Prática é mais efetivo do que começar com aula expositiva**. 2013. Disponível em: <http://porvir.org/porfazer/invertendo-sala-de-aula-invertida/20130814>. Acesso em: 10 nov. 2019.

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação**: subsídios para o estudo da inovação. São Paulo: Cultrix, 1973.

MARIN, Maria José Sanches *et al.* Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. **Revista brasileira de educação médica**, v. 34, p. 13-20, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n1/a03v34n1.pdf>.

MASETTO, Marcos Tarciso. Inovação curricular no ensino superior. **Revista e-curriculum**, v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/6852>.

MASETTO, Marcos Tarciso. **O Professor na hora da verdade: a prática docente no Ensino Superior**. São Paulo: Avercamp, 2010.

MAZUR, Eric. **Peer Instruction**: a revolução da aprendizagem ativa. Tradução de Carlos Barcelos. São Paulo: Editora Blucher, 2015.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 2009.

MORÁN, José *et al.* Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

MORAN, José. Metodologias e modelos híbridos na educação. In: YATEGASHI, Solange Franci Raimundo *et al.* (Orgs.). **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2017. p. 23-35.

MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian; MORAN; TREVISANI, Fernanda (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

PARANHOS, Vania Daniele; MENDES, Maria Manuela Rino; SCHERER, Zeyne Alves Pires. **Currículo por competência e metodologia ativa**: percepção do estudante do 1º e 2º anos do bacharelado em enfermagem. 2007.

PRADO, Marta Lenise do *et al.* Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. **Escola Anna Nery**, v. 16, p. 172-177, 2012.

RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. **Aprendizado baseado em problemas**. São Carlos: UFSCAR; Fundação de Apoio Institucional, 2008.

RIBEIRO, R. P; VIANA, A. B. N. Estruturação do PBL para aplicação em disciplinas do curso de graduação em Administração. **Revista de Graduação USP**, v. 3, n. 1, p. 39-47, 2018.



RIBEIRO, Roberto Portes. **Aprendizagem baseada em problemas no ensino de simulação aplicada à Administração.** 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TRINDADE, Rui; COSME, Ariana. **Escola, educação e aprendizagem:** desafios e respostas pedagógicas. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2010.

VIGNOCHI, Carine Moraes *et al.* **Considerações sobre aprendizagem baseada em problemas na educação em saúde.** HCPA & Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 29, n. 1, p. 45-50, 2009.

VILLAS BOAS, Benigna Maria Freitas. Compreendendo a Avaliação Formativa. In Villas Boas (Org). **Avaliação Formativa:** Práticas Inovadoras. Campinas, SP: Papyrus, 2011.





MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

